

CARACTERIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA REELEIÇÃO¹

Evandro de Nez²
Bianca Cecon³
Nelson Hein⁴

Resumo:

A eleição é entendida como a forma democrática da população em escolher o gestor dos recursos públicos. A possibilidade de um mandato adicional, chamado de reeleição causou grande impacto na forma de gestão dos gastos públicos, haja vista que os gestores públicos podem utilizar a máquina pública visando angariar votos para a reeleição. Quando o gestor público tem intenção de ser reeleito para se perpetuar no comando político, pode utilizar a distribuição de seus gastos de forma a conseguir votos para sua futura reeleição, diferente daqueles que não tem a possibilidade ou interesse de reeleição. Assim, o objetivo da pesquisa é caracterizar o perfil dos gastos de candidatos e não candidatos a reeleição dos municípios do estado de Santa Catarina. Para tanto, esta pesquisa classifica-se classificando-se como descritiva, documental e quantitativa. A população da pesquisa compreendeu os prefeitos de todas as cidades do Estado de Santa Catarina do ano de 2005 a 2012. Os resultados apontaram que os maiores gastos realizados pelos candidatos e não candidatos referem-se às áreas de Educação, Saúde e Administração. Outro achado destaca que tanto os candidatos, quanto os não candidatos à reeleição aumentaram seus gastos em Educação e Saúde próxima a eleição, não sendo esta apenas uma característica dos candidatos a reeleição. Observou-se que os candidatos à reeleição tendem a gastar mais com Saúde do que os não candidatos. Salienta-se que há um aumento nos gastos referentes à urbanização nos períodos próximos a eleição tanto por parte dos candidatos quanto pelos não candidatos à reeleição.

Palavras-chave:

Gastos Públicos. Gestor Público. Reelection.

CHARACTERIZATION OF PUBLIC EXPENDITURE: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF REELECTION

Abstract:

The election is understood as the democratic way of the population in choosing the manager of public resources. The possibility of an additional mandate, called reelection, has had a major impact on the way public spending is managed, given that public managers can use the public machine in order to win votes for reelection. When the public manager intends to be reelected to perpetuate himself in political command, he can use the distribution of his expenses in order to get votes for his future reelection, different from those who do not have the possibility or interest of reelection. Thus, the objective of the research is to characterize the spending profile of candidates and non-candidates for reelection in the municipalities of the state of Santa Catarina. For this, this research is classified as descriptive, documentary and

¹ Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada no Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI, na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais.

² Doutor em Administração e Ciências Contábeis. Faculdade REGES de Realeza. E-mail: evandronez@hotmail.com

³ Mestre em Ciências Contábeis. Secretaria de Educação da Prefeitura de Gaspar. E-mail: bcecon@outlook.com.

⁴ Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: hein@furb.br.

quantitative. The research population comprised the mayors of all cities in the State of Santa Catarina from 2005 to 2012. The results showed that the highest expenses incurred by candidates and non-candidates refer to the areas of Education, Health and Administration. Another finding highlights that both candidates and non-candidates for re-election increased their spending on Education and Health close to the election, which is not just a characteristic of candidates for re-election. It was observed that candidates for re-election tend to spend more on Health than non-candidates. It should be noted that there is an increase in expenditures related to urbanization in the periods close to the election by both candidates and non-candidates for reelection.

Keywords:

Public spending. Public Manager. Reelection.

CARACTERIZACIÓN DEL GASTO PÚBLICO: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA REELECCIÓN

Resumen:

La elección se entiende como la forma democrática de la población en la elección del administrador de los recursos públicos. La posibilidad de un mandato adicional, llamado reelección, ha tenido un gran impacto en la forma en que se administra el gasto público, dado que los administradores públicos pueden usar la máquina pública para recabar votos para la reelección. Cuando el gerente público tiene la intención de ser reelegido para perpetuarse en el mando político, puede usar la distribución de sus gastos para obtener votos para su futura reelección, diferente de aquellos que no tienen la posibilidad o el interés de la reelección. Por lo tanto, el objetivo de la investigación es caracterizar el perfil de gasto de los candidatos y no candidatos a la reelección en los municipios del estado de Santa Catarina. Para ello, esta investigación se clasifica en descriptiva, documental y cuantitativa. La población de investigación comprendió a los alcaldes de todas las ciudades del estado de Santa Catarina entre 2005 y 2012. Los resultados mostraron que los gastos más altos en los que incurren los candidatos y no candidatos se refieren a las áreas de educación, salud y administración. Otro hallazgo destaca que tanto los candidatos como los no candidatos a la reelección aumentaron su gasto en Educación y Salud cerca de la elección, lo cual no es solo una característica de los candidatos a la reelección. Se observó que los candidatos a la reelección tienden a gastar más en salud que los no candidatos. Cabe señalar que hay un aumento en los gastos relacionados con la urbanización en los períodos cercanos a la elección tanto por candidatos como por no candidatos a la reelección.

Palabras clave:

Gasto público. Gerente Público. Reelection.

1. Introdução

A eleição é entendida como a forma democrática da população em escolher o gestor dos recursos públicos, no qual os candidatos a gestores devem demonstrar sua credibilidade em administrar tais recursos, visando o bem estar social de seus eleitores (NOVAES e

MATTOS, 2010). Para as prefeituras o voto direto e secreto, ou seja, dado pelo eleitor sem intermediação de terceiros, passou a ser utilizado a partir de 1985, instituído pela Emenda Constitucional n. 25 de 15 de Maio de 1985.

A possibilidade de um mandato adicional, chamado de reeleição, foi instituída pela Emenda Constitucional n. 16 de 04 de junho de 1997 que alterou a Constituição Federal. Causou grande impacto na forma de gestão dos gastos públicos, haja vista que os gestores públicos podem utilizar a máquina pública visando angariar votos para a reeleição (NOVAES e MATTOS, 2010).

Quando o gestor público tem intenção de ser reeleito para se perpetuar no comando político, pode utilizar a distribuição de seus gastos de forma a conseguir votos para sua futura reeleição, diferente daqueles que não tem a possibilidade ou interesse de reeleição (BESLEY e CASE, 1995).

Veiga e Veiga (2007) encontraram em seu estudo realizado em municípios portugueses indícios que os prefeitos candidatos a reeleição aumentam os gastos perceptíveis pelos eleitores, a fim de manter o seu ciclo político. No Brasil, o estudo de Novaes e Mattos (2010) corrobora esta ideia, pois revelou que os prefeitos comportam-se de forma estratégica na gestão dos gastos, no caso do estudo, os que eram candidatos a reeleição gastavam mais em saúde com o intuito de expor ao eleitor que são administradores capacitados.

Para Nakaguma e Bender (2006) a reeleição possibilitou ao gestor utilizar o gasto público como estratégia para conquistar os votos dos eleitores e consideram que a aplicação dos recursos de maneira negativa pode diminuir a probabilidade de o gestor ser reeleito.

Durante o período de sua gestão, o gestor pode realizar ações demonstrando crescimento e estabilidade, tornando a intenção de voto a seu favor por demonstrar tal situação. Desta forma, o eleitor acaba sendo frequentemente ludibriado pelo gestor que busca a reeleição (NORDHAUS, 1975).

Para Peltzman (1992), os eleitores monitoram os gestores públicos e seus gastos. Caso os eleitores percebam a existência de um aumento nos gastos públicos, geralmente há diminuição de votos para o partido do gestor na eleição seguinte. Isso se deve ao fato do eleitor considerar o gasto demasiado como sintoma de má gestão pública. No Brasil, os gastos realizados pelo gestor público devem ser divulgados e pode ser monitorado pelos eleitores por intermédio de portais de transparência da administração federais, estadual e municipal.

Meneguín e Bugarin (2001) indicam que o gestor público, na condição de disputar a reeleição, tende a ser mais comedido em seus gastos do que os não candidatos à reeleição. O

gestor observando a possibilidade da reeleição não realizada gastos demasiados, haja vista que ele será o responsável pelo pagamento destes gastos caso vença o pleito seguinte.

No estudo realizado por Kerr (1944), foi sugerido que a condição econômica favorável se relacionava com o voto ao partido republicado nos Estados Unidos no período de 1897 a 1940. O estudo econométrico de Kramer (1971) evidenciou a variância de poder na manutenção da economia, evidenciando que quanto maior a variação da economia, maior a variância de poder do gestor público. Estes resultados indicam que o gestor público, com intenção de reeleição pode manipular seus gastos para demonstrar crescimento com estabilidade.

Para Mendes (2004), que analisou as eleições municipais brasileiras de 2000, transparece o fato de que os prefeitos se reelegem mais facilmente quando possuem maior capacidade de conseguirem recursos para beneficiar a população. Oliveira e Revoredo (2008) comentam também que na gestão pública e no calendário eleitoral nas prefeituras do Rio de Janeiro, observou-se grande influência dos recursos e dos gastos públicos.

Estas atitudes dos gestores podem ser explicadas pela Teoria dos Ciclos Políticos Oportunistas e a Teoria da Escolha Pública. A primeira, conforme Nordhaus (1975) dispõe sobre a capacidade do gestor em ser oportunista, pois toma decisão visando o voto do eleitor, resultando em sua reeleição. A segunda, de acordo com Stigler (1987), identifica o egoísmo do gestor no momento da decisão, pois mesmo sabendo do impacto que isto causará na vida das pessoas, ele o fará em prol da sua vantagem pessoal.

Em 2000 foi instituída a Lei de Responsabilidade Fiscal, que regulamenta os gastos dos gestores públicos, visando melhorar a gestão, além de várias imposições tentando impossibilitar o uso da instituição pública como forma de angariar votos, responsabilizando o gestor de suas ações em relação aos gastos públicos.

Neste contexto de uma possível diferença na gestão dos gastos públicos pelos prefeitos candidatos e não candidatos à reeleição elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a característica dos gastos públicos de candidatos e não candidatos a reeleição dos municípios do estado de Santa Catarina? Destaca-se assim, que o objetivo da pesquisa é caracterizar o perfil dos gastos de candidatos e não candidatos a reeleição dos municípios do estado de Santa Catarina.

A justificativa teórica para a produção deste estudo é sinalizada pela perspectiva de que o gestor pode utilizar seus gastos visando unicamente angariar votos, usando a instituição

como forma eleitoreira de conseguir a reeleição, tornando a instituição pública como forma de financiamento de campanhas eleitorais (NORDHAUS, 1975).

A relevância científica desta pesquisa se deve ao fato que apesar da existência de vários estudos recentes dedicados aos efeitos do calendário eleitoral sobre a forma de gestão dos administradores, poucos destes são específicos da forma de gestão pública municipal. O destaque é sua utilização como mecanismo de angariador votos nas eleições municipais, conforme discussões apresentadas por Oliveira e Revoredo (2008). E, além disto, tem-se como justificativa o viés político, pelo fato de ser necessária tal informação na busca da democracia, haja vista ser importante na decisão dos eleitores em reeleger os candidatos a gestor público.

Desta forma, esta pesquisa foca a forma de gestão dos recursos públicos, organizando o trabalho em dois eixos: primeiro verifica-se a teoria aplicada à forma de gestão pública e em seguida a aplicação empírica do tema. O estudo está composto por cinco sessões, na primeira a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. Na segunda, o referencial teórico, seguido pela metodologia. E finalizando, na quarta e quinta sessões, apresentam-se a análise dos resultados e a conclusão da pesquisa.

2 Fundamentação Teórica

Neste tópico é abordada a reeleição, bem como teorias que explicam a tomada de decisão do gestor, tais como a Teoria da Escolha Pública e a Teoria dos Ciclos Políticos Oportunistas, as quais podem influenciar a decisão do gestor na perspectiva de onde irão aplicar os recursos, ou seja, onde será gasto o dinheiro público a qual administram.

2.1 Reeleição

As eleições no Brasil passaram por diversas fases. No Brasil colônia já existia a instituição das eleições. A história relata que em cada fase do país, o estabelecimento da eleição se modificava. Os primeiros a serem incluídos como eleitores foram os indivíduos do sexo masculino com mais de 25 anos de idade e uma renda anual de 100.000 réis (MOTTA, 2008).

Também tivemos a implementação do voto da mulher, grande conquista a qual as mulheres se dedicaram a conseguir. Tivesse também o tempo em que não existiram eleições, no caso, a época militar, a qual os brasileiros foram desprovidos da possibilidade de eleger seus governantes (NICOLAU, 2012).

Desde a Emenda Constitucional n. 25 de 15 de Maio de 1985 a eleição passou a ser realizado pelo voto direto do eleitor, sendo ferramenta instituída para transformar a política do país para a democracia a qual a população almejava (SOARES e RENNÓ, 2006). A Constituição Federal de 1988 decretou a condição das eleições para presidente, governadores e prefeitos. Em municípios com mais de 200 mil eleitores, o pleito seria definido por maioria absoluta em um turno ou em dois turnos caso nenhum candidato conseguisse essa condição. Nos municípios com menos de 200 mil eleitores, a eleição seria realizada em turno único e o resultado seria definido por maioria simples.

A reeleição foi possibilitada pela Emenda Constitucional n. 16 de 04 de junho de 1997, a qual alterou a Constituição Federal de 1988, causando grande mudança em nosso sistema eleitoral, haja vista que o gestor, a partir deste momento poderia exercer o cargo novamente após o primeiro mandato, desde que fosse reeleito nas urnas (NOVAES e MATTOS, 2010).

Para Novaes e Mattos (2010) a partir deste momento houve grande mudança na forma de gestão dos gestores públicos, pois com o advento da reeleição, passaram a usar a máquina pública como uma ferramenta eleitoreira. Os autores consideram esta mudança de gestão na administração pública como uma forma de buscar votos para uma possível reeleição.

A reeleição possibilitou o gestor vislumbrar que sua tomada de decisão poderia interferir no resultado no pleito seguinte, tanto se fosse para um candidato do seu partido como se fosse para a sua própria candidatura. A partir deste momento o gestor passa a tomar a decisão observando este viés, a qual antes não era possível (KINZO, 2006).

2.2 Teorias que explicam a tomada de decisão do gestor

A teoria da escolha pública está fundamentada em estudos de seis autores: Kenneth Arrow (1951), Anthony Downs (1957), Duncan Black (1958), James Buchanan e Gordon Tullock (1962), William Riker (1962) e Mancur Olson (1965). Esta teoria é responsável por

analisar como acontecem as decisões em entidades estatais, assim, examinando como se comporta o gestor, haja vista que ele é o responsável pela entidade estatal a qual gere.

Souza (2006) indica que a visão habitual da teoria da escolha pública é que a decisão do gestor quanto à política pública, e no caso, seus gastos, são baseados em barganhas entre pessoas que buscam apenas seu interesse próprio. A teoria da escolha pública assume um viés negativo quanto a possibilidade dos gestores públicos criarem políticas públicas para beneficiar a todos, isso em virtude das circunstâncias de buscarem o interesse próprio em suas decisões. Esta teoria é, supostamente, a que mais manifesta suspeita nas decisões dos gestores públicos, pois resguarda quanto as decisões tomadas visando o melhor para o mercado consumidor, neste caso, a população (SOUZA, 2006).

Para Flexor e Leite (2007) a teoria da escolha pública retrata os movimentos políticos, analisando o conflito entre a vontade do gestor em se beneficiar com os princípios que devem ser praticados pelos gestores em sua gestão. Ainda para Flexor e Leite (2007) a teoria rejeita a ideia de outras razões que motivam os gestores em suas decisões, tais como a burocracia e a acomodação das pessoas envolvidas na gestão pública, bem como a da própria instituição pública. Não leva em consideração também a simpatia do gestor em determinadas situações para conceber suas ideias.

Pereira (1997) indica que a teoria se baseia na figura do gestor, independentemente do partido a qual faça parte, tomando suas decisões individualmente, não levando em consideração o anseio do grupo. Partindo deste princípio, a teoria da escolha pública sugere que as decisões do gestor, sejam quais forem inclusive às relativas aos gastos públicos, visam unicamente sua escolha particular, tendo como propósito a sua vontade, a qual pode ser a reeleição.

Assim, a teoria revela o egoísmo do indivíduo para a tomada de decisão, sendo que os indivíduos são em seus âmagos egoístas, mesmo para decisões a quais irão influenciar a vida de um grupo de pessoas a qual o gestor deveria tomar em consideração as vontades de todo o grupo para tomar a melhor decisão, porém considera apenas o seu privilégio (STIGLER, 1987).

Outra teoria que explica a tomada de decisão dos gestores é a baseada nos modelos dos ciclos políticos oportunistas identificada no estudo de Nordhaus (1975) e Lindbeck (1976). Nordhaus (1975) expõe que o gestor utiliza os recursos na esperança da reeleição. Ele chamou este evento como “*political business cycle*” (“ciclos políticos de negócios”). O gestor

aparece como um indivíduo oportunista, que delibera sobre alguma coisa tendo em vista o voto do eleitor e em consequência a sua própria reeleição.

Ainda para Nordhaus (1975), o gestor altera a forma dos seus gastos perto das eleições, modificando suas decisões se comparadas as do início da gestão, onde inicialmente não possuem apego à vontade pessoal de voto. Assim, fica clara a presença de um ciclo de oportunidade política a qual o gestor está inserido no caso da possibilidade da reeleição (NORDHAUS, 1975).

A teoria destaca que o gestor toma sua decisão baseado no simples fato da possibilidade da própria eleição. Ressalta-se que esta teoria só existe quando se têm a reeleição, sendo que se não tivesse a possibilidade da reeleição, não teria motivo para os gestores modificarem o que fazem, pois não teriam expectativa de sequência em sua gestão (NAKAGUMA e BENDER, 2006).

Nakaguma e Bender (2006) realizaram estudo que evidenciou a conduta fiscal dos gestores estaduais no período de 1986 a 2002, investigando o impacto da reeleição aos ciclos políticos. Encontraram relação positiva entre a reeleição e a intensificação dos ciclos políticos impulsionando os ciclos políticos oportunistas durante este período.

Em estudo realizado por Rogoff (1990), a detecção do ciclo político oportunista se dá no instante da mudança do orçamento praticado pelo gestor. Para o autor, em determinados momentos da gestão é possível identificar um aumento do gasto público em situações passíveis de serem vistas, principalmente em dispêndios de consumo e serviços. Neste momento o gestor minimiza o gasto em investimentos haja vista que sua visualização pela população é mais lenta, classificando assim como o ciclo político oportunistas.

Para Nakaguma (2006) o oportunismo eleitoral predispõe ao gestor a adoção de políticas expansionistas, tendo em vista a possibilidade de aumentar sua perspectiva de reeleição.

3 Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico utilizado para alcançar o objetivo pretendido na pesquisa de caracterizar o perfil dos gastos de candidatos e não candidatos à reeleição dos municípios do estado de Santa Catarina permitiu definir o estudo como descritivo, quanto ao

objetivo, uma vez que os dados são descritos, registrados, analisados e interpretados sem que haja manipulação dos mesmos (MARCONI e LAKATOS, 2005).

Referente aos procedimentos de coleta de dados, por o estudo fazer uso de dados oficiais provindos dos sítios eletrônicos do Portal do Tribunal Regional de Santa Catarina e do Portal do Tesouro Nacional, o mesmo classifica-se como documental, por utilizar informações que ainda não receberam nenhum tratamento analítico (GIL, 1999).

E, em relação à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, por filtrar, organizar e tabular as informações referentes às prefeituras para posteriormente submetê-las a técnica estatística (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). De acordo com Richardson (1999), um estudo configura-se como quantitativo tanto na utilização da modalidade de coleta das informações, quanto na utilização de técnicas estatísticas simples, como a média ou percentual, e técnicas estatísticas mais complexas, como a análise de regressão.

3.1 População e Amostra

A população da pesquisa compreendeu os prefeitos de todas as cidades do Estado de Santa Catarina do ano de 2005 a 2012. Destes, todos os gestores públicos que apresentaram no sítio eletrônico do Portal do Tesouro Nacional seus gastos públicos fizeram parte da amostra final da pesquisa. Logo, a amostra da pesquisa permaneceu distribuída conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra do estudo

Ano	Candidatos a Reeleição	Não Candidato a Reeleição	Total
2005	145	146	291
2006	145	147	292
2007	145	147	292
2008	146	147	293
2009	144	149	293
2010	144	149	293
2011	144	148	292
2012	144	149	293

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 Procedimento de Coleta e Análise dos Dados

Para categorizar os prefeitos como candidatos e não candidatos à reeleição, inicialmente verificou-se no sítio eletrônico do Portal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina os candidatos eleitos nas eleições no ano de 2004 e 2008. Após registrado tais candidatos em uma planilha eletrônica, verificou-se no mesmo sítio eletrônico, os candidatos que disputaram as eleições dos anos de 2008 e 2012 e, foram tabulados na mesma planilha eletrônica como “1” os candidatos que disputaram a reeleição no ano de 2008 e 2012 e “0” os que não disputaram as reeleições.

Depois de verificado os candidatos e não candidatos a reeleição, buscou-se por meio do sítio eletrônico do Portal do Tesouro Nacional identificar o total de gastos públicos realizados durante os anos de 2005 a 2012 por função pelos candidatos e não candidatos a reeleição de acordo com a categorias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias dos Gastos Públicos

Categorias	
Legislativa	Administração
Segurança Pública	Assistência Social
Previdência Social	Saúde
Trabalho	Educação
Cultura	Direitos da Cidadania
Urbanismo	Habilitação
Saneamento	Gestão Ambiental
Agricultura	Comércio e Serviços
Comércio e Serviços	Comunicações
Transporte	Desporto e Lazer
Encargos Especiais	

Fonte: Portal do Tesouro Nacional.

Verificado o total de gastos de cada candidato e não candidato de forma categorizada, conforme o Quadro 1, os resultados foram calculados por meio de percentual para alcançar o objetivo pretendido no estudo.

4 Análise dos Resultados

Por meio da Tabela 2 apresenta-se a média percentual dos gastos públicos por função realizados pelos prefeitos do Estado de Santa Catarina do ano de 2005 a 2012, conforme evidenciado no sítio eletrônico do Portal do Tesouro Nacional.

Tabela 2 – Média Percentual dos Gastos Públicos realizados por Ano

Gastos Públicos	Percentual dos Gastos Públicos por Ano							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Legislativa	3,77	3,56	3,49	3,14	3,72	3,43	3,26	2,98
Judiciária	0,10	0,11	0,12	0,10	0,11	0,09	0,12	0,10
Essencial à Justiça	0,15	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02	0,02
Administração	14,67	13,99	14,05	12,67	13,49	12,45	12,45	11,31
Defesa Nacional	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,36	0,38	0,42	0,38	0,43	0,45	0,56	0,49
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	3,17	3,14	3,27	3,10	3,11	3,17	3,50	3,43
Previdência Social	0,82	0,77	0,87	0,77	0,92	0,86	0,87	0,90
Saúde	20,54	20,49	20,39	20,04	21,47	20,96	20,74	21,06
Trabalho	0,10	0,08	0,08	0,10	0,07	0,11	0,10	0,10
Educação	24,27	23,70	24,19	23,87	24,78	24,25	25,23	25,28
Cultura	0,50	0,63	0,70	0,77	0,74	0,78	0,97	0,88
Direitos da Cidadania	0,02	0,02	0,03	0,04	0,03	0,03	0,02	0,05
Urbanismo	6,74	7,64	7,68	9,43	7,65	8,62	8,29	9,65
Habitação	0,56	0,38	0,31	0,39	0,32	0,31	0,31	0,41
Saneamento	1,03	1,53	1,67	1,59	1,57	1,75	1,90	2,08
Gestão Ambiental	0,35	0,30	0,33	0,34	0,33	0,33	0,37	0,41
Ciência e Tecnologia	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00
Agricultura	4,80	4,89	4,79	5,01	5,08	5,38	5,13	4,92
Indústria	0,34	0,45	0,39	0,40	0,31	0,47	0,48	0,33
Comércio e Serviços	0,52	0,69	0,57	0,66	0,70	0,79	0,69	0,68
Comunicações	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,02	0,04	0,02
Energia	0,37	0,38	0,38	0,32	0,30	0,31	0,30	0,32
Transporte	12,87	12,53	12,13	12,56	10,47	10,52	10,12	10,07
Desporto e Lazer	1,05	1,34	1,32	1,57	1,24	1,41	1,43	1,48
Encargos Especiais	2,87	2,92	2,75	2,69	3,13	3,03	2,54	2,30

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se por meio da Tabela 2, que a maior quantidade percentual de gastos públicos realizado pelos prefeitos durante o período analisado foi referente a categoria Educação, sendo que a mesma variou de 23,70% a 25,28% entre os anos de 2005 a 2012. Em segundo lugar a categoria que demandou maior quantidade de recursos refere-se a Saúde, a qual variou se 20,04% a 21,06% no período analisado. A categoria que obteve o terceiro maior percentual de gastos foi Administração, oscilando de 11,31% a 14,67%, cabendo destacar que a mesma diferente das categorias Educação e Saúde, apresentou decréscimo de percentual durante o período analisado.

Frente as categorias que apresentaram as menores médias percentuais de gastos públicos destacam-se Relações Exteriores, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, as quais em determinados períodos não conseguiram alcançar nem sequer 0,01% da quantidade total de gastos.

Outro fator que merece destaque é a diminuição dos gastos referentes às áreas Legislativa, Judiciária, Administração, Comunicação e Encargos Especiais no período de eleição e o aumento do percentual de gastos na área de Urbanismo neste mesmo período.

Na Tabela 3 evidencia-se a média percentual dos gastos públicos por função realizados pelos candidatos e não candidatos a reeleição no Estado de Santa Catarina do ano de 2005 a 2012, conforme o sitio eletrônico do Portal do Tesouro Nacional.

Tabela 3 – Média Percentual dos Gastos Públicos realizados pelos candidatos e não candidatos a reeleição por Ano

Gastos Públicos	Reeleição	Percentual dos Gastos Públicos por Ano							
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Legislativa	Candidato	3,86	3,61	3,50	3,23	3,78	3,33	3,17	2,89
	Não Candidato	3,69	3,52	3,48	3,05	3,66	3,53	3,35	3,07
Judiciária	Candidato	0,09	0,08	0,15	0,09	0,09	0,07	0,08	0,08
	Não Candidato	0,11	0,14	0,10	0,11	0,13	0,12	0,16	0,12
Essencial à Justiça	Candidato	0,09	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,03	0,03
	Não Candidato	0,20	0,01	0,02	0,02	0,00	0,02	0,00	0,01
Administração	Candidato	14,44	14,29	14,29	12,57	13,25	12,31	12,32	11,05
	Não Candidato	14,90	13,70	13,80	12,73	13,71	12,58	12,57	11,57
Defesa Nacional	Candidato	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,01
	Não Candidato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	Candidato	0,33	0,37	0,41	0,38	0,38	0,47	0,54	0,51
	Não Candidato	0,38	0,40	0,43	0,39	0,48	0,43	0,57	0,47
Relações Exteriores	Candidato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Não Candidato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	Candidato	3,07	3,21	3,42	3,22	3,28	3,31	3,58	3,50
	Não Candidato	3,26	3,06	3,12	2,97	2,95	3,04	3,43	3,36
Previdência Social	Candidato	0,96	0,91	0,89	0,89	0,87	0,80	0,79	0,82
	Não Candidato	0,67	0,63	0,86	0,64	0,96	0,92	0,95	0,99
Saúde	Candidato	21,02	20,70	20,49	20,23	21,75	20,91	20,72	21,11
	Não Candidato	20,05	20,29	20,30	19,85	21,19	21,00	20,76	21,01
Trabalho	Candidato	0,12	0,05	0,05	0,05	0,07	0,15	0,10	0,13
	Não Candidato	0,07	0,11	0,12	0,15	0,07	0,07	0,11	0,08
Educação	Candidato	24,45	23,77	24,11	24,10	24,81	23,95	24,88	24,81
	Não Candidato	24,09	23,64	24,26	23,65	24,74	24,53	25,57	25,74
Cultura	Candidato	0,47	0,55	0,62	0,77	0,69	0,72	0,93	0,86

	Não Candidato	0,52	0,70	0,78	0,77	0,78	0,83	1,02	0,90
Direitos da Cidadania	Candidato	0,02	0,02	0,02	0,06	0,02	0,04	0,02	0,02
	Não Candidato	0,01	0,02	0,03	0,02	0,03	0,02	0,03	0,07
Urbanismo	Candidato	6,97	7,20	7,35	8,98	8,36	9,10	8,99	10,34
	Não Candidato	6,50	8,07	8,01	9,88	6,96	8,16	7,60	8,99
Habitação	Candidato	0,48	0,32	0,27	0,39	0,27	0,35	0,36	0,54
	Não Candidato	0,63	0,44	0,34	0,40	0,37	0,28	0,26	0,29
Saneamento	Candidato	1,06	1,49	1,79	1,77	1,54	1,64	1,92	1,92
	Não Candidato	1,01	1,57	1,56	1,40	1,60	1,85	1,88	2,23
Gestão Ambiental	Candidato	0,33	0,23	0,28	0,26	0,42	0,42	0,49	0,60
	Não Candidato	0,37	0,38	0,38	0,42	0,24	0,24	0,25	0,23
Ciência e Tecnologia	Candidato	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01
	Não Candidato	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	Candidato	4,48	4,70	4,56	5,06	4,82	5,29	4,87	4,75
	Não Candidato	5,12	5,08	5,03	4,96	5,32	5,47	5,39	5,09
Indústria	Candidato	0,27	0,48	0,31	0,32	0,37	0,50	0,56	0,33
	Não Candidato	0,40	0,43	0,47	0,48	0,25	0,43	0,40	0,34
Comércio e Serviços	Candidato	0,34	0,57	0,47	0,58	0,68	0,77	0,73	0,65
	Não Candidato	0,70	0,80	0,67	0,74	0,71	0,82	0,65	0,70
Comunicações	Candidato	0,05	0,06	0,03	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02
	Não Candidato	0,05	0,05	0,05	0,04	0,04	0,03	0,05	0,02
Energia	Candidato	0,33	0,37	0,39	0,31	0,24	0,25	0,27	0,27
	Não Candidato	0,40	0,39	0,38	0,34	0,36	0,37	0,34	0,37
Transporte	Candidato	12,84	12,89	12,49	12,43	9,63	10,33	9,91	10,18
	Não Candidato	12,90	12,18	11,77	12,69	11,29	10,70	10,32	9,98
Desporto e Lazer	Candidato	1,02	1,33	1,33	1,48	1,30	1,60	1,53	1,52
	Não Candidato	1,09	1,34	1,31	1,66	1,18	1,22	1,33	1,44
Encargos Especiais	Candidato	2,89	2,79	2,77	2,75	3,29	3,16	2,62	2,34
	Não Candidato	2,85	3,05	2,73	2,62	2,98	2,90	2,46	2,25

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 3 percebe-se que indiferente se o gestor é candidato ou não candidato a reeleição, os maiores percentuais de gastos durante o período analisado permanecem nas categorias Educação, Saúde e Administração. Além disto, percebe-se novamente que as categorias Educação e Saúde tenderam a aumentar o percentual durante os anos, enquanto a categoria Administração apresentou resultado inverso. Nota-se ainda que os gestores candidatos a reeleição tenderam a gastar mais em Saúde do que os não candidatos a reeleição, o que corrobora com o estudo de Novaes e Mattos (2010) que os candidatos a reeleição gastavam mais em saúde com o objetivo de mostrar aos eleitores que são administradores capacitados.

De forma geral, notou-se novamente que os menores gastos foram os realizados nas áreas de Relações Exteriores, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia. Porém, cabe destacar que nas áreas Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, os candidatos a reeleição tenderam a gastar mais do que os não candidatos.

Referente a diminuição dos gastos nas áreas Legislativa, Judiciária, Administração, Comunicação e Encargos Especiais próximo ao período de eleição e o aumento do percentual de gastos na área de Urbanismo neste mesmo período, o mesmo ocorreu tanto com os candidatos a reeleição quanto com os não candidatos.

Conclusão

A presente pesquisa teve por objetivo caracterizar o perfil dos gastos de candidatos e não candidatos a reeleição dos municípios do estado de Santa Catarina. Para tanto foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A amostra do estudo foi composta por 145 candidatos a reeleição e 146 não candidatos no ano de 2005, 145 candidatos e 147 não candidatos nos anos de 2006 e 2007, 146 candidatos e 147 não candidatos no ano de 2008, 144 candidatos e 149 não candidatos em 2009, 2010 e 2012 e por 144 candidatos e 148 não candidatos no ano de 2011.

A categorização dos prefeitos candidatos e não candidatos a reeleição nos anos de 2008 e 2012 foi realizada por meio de dados obtidos no Portal do Tribunal Regional de Santa Catarina. Já o percentual dos gastos públicos por função foram obtidos por meio do Portal do Tesouro Nacional.

Os resultados encontrados apontaram que os maiores gastos públicos realizados pelos candidatos e não candidatos referem-se as áreas de Educação, Saúde e Administração. Além disto, verificou-se que os menores gastos tanto dos candidatos a reeleição como dos não candidatos a reeleição são os com Relações Exteriores, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia.

Outro achado que merece destaque foi que tanto os candidatos, quanto os não candidatos a reeleição aumentaram seus gastos em Educação e Saúde próximo a reeleição, não sendo esta apenas uma característica dos candidatos a reeleição. Porém, observou-se que os candidatos a reeleição tendem a gastar mais com Saúde do que os não candidatos. Por fim, cabe salientar que o estudo verificou ainda um aumento nos gastos referentes a urbanização

nos períodos próximos a eleição tanto por parte dos candidatos, quanto por parte dos não candidatos.

Esta pesquisa, apesar de suas contribuições para a literatura, apresenta limitações. Uma delas refere-se ao fato de que pode haver diferença entre a caracterização dos gastos públicos de candidatos e não candidatos a reeleição de acordo com o Estado analisado, uma vez que diferenças culturais podem levar os gestores a gastarem de forma diferente. Além disto, o período analisado pode ser atípico. Logo para futuras pesquisas recomenda-se a utilização de uma amostra ampliada para outros Estados e a análise em outros períodos.

Referências

BESLEY, T; CASE, A. Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 110, n. 3, p. 769-798, 1995.

BRASIL. **Emenda constitucional n. 16** de 04 de Junho de 1997. Dispõe sobre nova redação a Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc16.htm. Acesso em: 10 mar. 2016.

FLEXOR, G.; LEITE, S.P. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo: SEP, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KERR, W. A. A quantitative study of political behavior. **Journal of social psychology**. n. 19, p. 273-81, 1944.

KINZO, M. D. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

KRAMER, G. H. Short term fluctuations in U.S. voting behavior, 1896 – 1964. **American political science review**. n. 65, p. 131-43, 1971.

LINDBECK, A. Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. **American Economic Review**, v. 66, n. 2, p. 1-19, 1976.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia aplicada**. v. 5, n. 3. 2001

MENDES, F. **A gestão baseada no valor nas instituições financeiras: um modelo aplicado a banco múltiplos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FEA/USP. São Paulo, 2004.

MOTTA, R. P S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Editora UFMG, 2008.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER S. A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). **Economia aplicada**. v. 10, n. 3, jul/set. 2006.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Zahar, 2012.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of economic studies**. n. 42, p. 169-190. 1975.

NOVAES, L.; MATTOS, E. O efeito da intenção de reeleição sobre gastos de saúde: Uma análise com base no modelo de reputação política. **Revista de Economia Política**. v. 30. n. 1, p. 140-158. jan./mar. 2010.

OLIVEIRA, K. V.; REVOREDO, M. M. O. Gestão pública e calendário eleitoral: análise empírica sobre prefeituras do estado do Rio de Janeiro. **Revista de controle e administração (Rca)**. v. 4, n. 2, p. 271 – 287. jul/dez. 2008.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. **The Quarterly Journal of Economics**. p. 327-361, 1992.

PEREIRA, P. T. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal. **Análise social**. v. 32, p. 419-442. 1997.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American economic review**. n. 80, p. 21-26. 1990.

SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. **Reforma política: lições da história recente**. FGV Editora, 2006.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. n. 16, p. 20-45. jul./dez. 2006.

STIGLER, G. **Economics or ethics?** Tanner Lectures on Human Values. v. 2. 1987.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**. n. 131, p. 45-64, 2007.